



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCATEL

Recebi em 13/12/13

nº 714/2013

Kleide S. Mayer

Diretora de Plenário e Apoio

PARECER Nº 14, DE 2013

(Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente)

Proposição: Anteprojeto de Lei nº 224/2013

Autoria: Prefeito Municipal

Relator: Vereador Jaime Vasatta

Parecer: FAVORÁVEL

I – RELATÓRIO

Em observância ao que determina o artigo 41-B do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cascavel, foi colocado para apreciação desta Comissão, o Anteprojeto de Lei nº 224/2013.

Neste sentido, a presente proposição tem como especial finalidade instituir o plano municipal de saneamento básico, instrumento da política municipal de saneamento básico e dá outras providências.

Portanto, a política municipal de saneamento básico desta municipalidade encontra-se em consonância com a Lei Federal nº 11.445/2007 e a Lei Estadual nº 12.493/1999, objetivando melhorar a qualidade sanitária pública e a manutenção do meio ambiente equilibrado.

II – VOTO DO RELATOR

A presente proposta legislativa faz-se necessária ante a publicação da Lei de Saneamento Básico, a qual exige que todos os Municípios têm obrigação de elaborar o seu Plano Municipal de Saneamento Básico e, que sem a criação deste, a partir de 2014, os municípios que não tiverem não poderão receber recursos federais para projetos de saneamento básico.

Ademais, o presente plano foi amplamente discutido com a população cascavelense, sendo aprovado na última audiência pública realizada no dia 27 de novembro de 2013.

Neste sentido, com a aprovação deste anteprojeto, o Plano Municipal de Saneamento Básico passa a se tornar referência de desenvolvimento, estabelecendo as diretrizes para o saneamento básico e fixando as metas de cobertura e atendimento com os serviços de água, coleta e tratamento do esgoto doméstico.

Portanto, a elaboração deste plano encontra-se em consonância com os princípios ambientais da prevenção e do desenvolvimento sustentável, bem como do ordenamento territorial. Sendo que, trata-se de uma obrigação por parte dos legisladores minimizarem os riscos aos quais a sociedade estará exposta e afastar a falsa idéia de que a liberdade econômica é mais importante do que a segurança e a preservação do meio ambiente.

Reforçando o presente entendimento, a Constituição Federal, no inciso VI do artigo 170 assegura que:



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado os seguintes princípios:

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

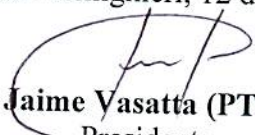
Portanto, consubstanciado no desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico devem conviver harmonicamente, ou seja, do mesmo modo que se busca o desenvolvimento do município, deve-se levar em consideração a proteção ao meio ambiente, buscando a melhor qualidade de vida e segurança da população.

Diante do exposto, meu voto é pela **APROVAÇÃO** da presente matéria.

III – VOTOS DA COMISSÃO

Pelas conclusões do Relator: Vereadores Nei Hamilton Haveroth e Paulo Dileto Bebber.

Palácio José Neves Formighieri, 12 de dezembro de 2013.


Jaime Vasatta (PTN)
Presidente


Nei Hamilton Haveroth (PSL)
Secretário


Paulo Dileto Bebber (PR)
Membro